

EVANDRO FABIANI CAPANO

# LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

THOMSON REUTERS

REVISTA DOS  
TRIBUNAIS

**LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL**

EVANDRO FABIANI CAPANO



© desta edição [2015]

**EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.**

MARISA HARMS

*Diretora responsável*

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda

Tel. 11 3613.8400 – Fax 11 3613.8450

CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS: Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal) com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

Visite nosso *site*

[www.rt.com.br](http://www.rt.com.br)

CENTRAL DE RELACIONAMENTO RT

(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)

Tel. 0800.702.2433

*e-mail* de atendimento ao consumidor

[sac@rt.com.br](mailto:sac@rt.com.br)

Impresso no Brasil [01.2015]

Universitário texto

Fechamento desta edição

[02.01.2015]



ISBN 978-85-203-5930-3

2015

## SUMÁRIO

NOTA DO AUTOR .....	11
1. A TERMINOLOGIA E O MÉTODO PARA ESTUDO DA LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL.....	17
1.1 Introdução .....	17
1.2 Terminologia.....	18
1.2.1 Tipo Penal .....	18
1.2.2 Definição de Circunstância .....	20
1.2.3 Circunstância Qualificadora .....	22
1.2.4 Circunstância elementar .....	24
1.2.5 Critério trifásico de aplicação da pena.....	25
1.2.6 Circunstâncias judiciais e legais .....	27
1.3 Método.....	30
2. ESTATUTO DO IDOSO.....	37
2.1 Disposições gerais .....	37
2.2 Origens, definições e principiologia.....	37
2.2.1 Origens. O Projeto de Lei e a efetividade do art. 230 da CF/1988.....	37
2.2.2 Definições e a interpretação restritiva no direito penal.....	39
2.2.3 O signo “Idoso” .....	41
2.2.4 Principiologia.....	41
2.2.4.1 Princípio da proteção integral .....	42
2.2.4.2 Princípio da participação .....	44
2.2.4.3 Princípio da independência .....	45
2.2.4.4 Princípio da realização pessoal.....	46
2.2.4.5 Princípio da dignidade .....	47
2.3 Art. 93. Aplicação subsidiária da Lei de Ação Civil Pública (Lei 7.347/1985) ..	48
2.4 Art. 94. Procedimento da Lei 9.099/1995 .....	51
2.4.1 Da gradação das penas.....	51
2.4.2 Da extensão da Lei 9.099/1995 para outros tipos penais com dosimetria de pena até 04 anos. Impossibilidade pelo sistema penal .....	53

2.4.3	Aspectos processuais da ação penal nos crimes previstos no Estatuto do Idoso .....	55
2.5	Art. 95. Da ação penal.....	57
2.6	Crimes em espécie .....	59
3.	LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE.....	85
3.1	Disposições gerais .....	85
3.1.1	Responsabilidade Administrativa.....	86
3.1.2	Responsabilidade civil.....	87
3.1.3	Responsabilidade penal.....	88
3.2	Da natureza jurídica da ação penal nos crimes de Abuso de Autoridade ....	91
3.3	Aplicabilidade da Lei 9.099/1995 .....	91
3.4	Da persecução penal dos crimes de Abuso de Autoridade .....	92
3.5	Conceito de Autoridade .....	93
3.6	Lei 4.898/1965 .....	93
3.7	Dos crimes em espécie.....	94
4.	LEI ANTIDROGAS .....	127
4.1	Disposições Gerais .....	127
4.2	Conceito de drogas e a norma penal em branco em sentido estrito.....	131
4.3	Tipicidade da Lei Antidrogas e a excludente de atividade ritualística-religiosa	132
4.4	O Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad .....	132
4.4.1	Natureza dual do Sisnad .....	134
4.5	Dos crimes e das sanções socioeducativas no eixo programático da proteção e reinserção social do usuário.....	134
4.6	Do eixo programático da repressão da produção não autorizada e do tráfico ilícito de drogas.....	136
4.7	Do procedimento penal e cautelar .....	137
4.8	Dos crimes do eixo programático da repressão da produção não autorizada e do tráfico ilícito de drogas.....	142
4.9	Temas afins.....	153
5.	CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR .....	155
5.1	Disposições gerais .....	155
5.2	Conceitos.....	155
5.3	A Política Nacional das Relações de Consumo .....	156
5.4	Dos crimes em espécie.....	158
5.5	Temas afins.....	168

6. ESTATUTO DO DESARMAMENTO .....	171
6.1 Disposições gerais .....	171
6.2 O Estatuto do Desarmamento .....	173
6.3 Da competência do regulamento .....	174
6.4 Sistemas de controle de armas de fogo. Sinarm x Sigma .....	175
6.5 Armas lícitas e ilícitas .....	177
6.6 Prescrições regulamentares em geral.....	178
6.7 Do Porte e do Trânsito da Arma de Fogo .....	182
6.8 Porte de arma para as Guardas Municipais. A Lei 13.022/2014 .....	188
6.9 Importação e exportação de armas .....	190
6.10 Destruição de armas de fogo.....	192
6.11 Outras disposições regulamentares .....	192
6.12 Definição de arma de fogo, acessórios e munição .....	196
6.12.1 O Dec. 3.665/2000 – R-105 .....	198
6.12.2 Definição de arma de fogo de uso permitido e de uso restrito ....	204
6.13 Do desarmamento da população e <i>abolitio criminis</i> temporário.....	204
6.14 Porte de arma, fiança e liberdade provisória .....	206
6.15 Dos crimes em espécie.....	207
7. CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO .....	225
7.1 Disposições gerais .....	225
7.2 O Sistema Nacional de Trânsito, seus órgãos e objetivos .....	235
7.3 Do Sistema Nacional de Viação – Lei 10.233/2001 .....	246
7.4 Das normas gerais de circulação e conduta .....	248
7.5 Competições de velocidade envolvendo veículos automotores .....	255
7.6 Pedestres e condutores de veículos não motorizados .....	256
7.7 Identificação, registro e licenciamento de veículos .....	257
7.8 Da habilitação .....	258
7.9 Das penalidades administrativas .....	259
7.10 Elemento subjetivo nos crimes de trânsito sob efeito de álcool. Dolo direito e dolo eventual .....	260
7.11 Dos crimes de trânsito .....	266
7.12 Dos crimes em espécie.....	268
8. LEI MARIA DA PENHA .....	309
8.1 Disposições gerais .....	309
8.2 Conceito de Violência Doméstica, Familiar e de Afeto contra a Mulher .....	311
8.3 Natureza jurídica da ação penal.....	317

8.4	Da assistência à mulher em situação de violência doméstica, familiar e de afeto .....	319
8.5	Dos Procedimentos .....	322
8.5.1	Das medidas de proteção de urgência .....	322
8.6	Das partes e da função do processo.....	324
9.	LEI DOS CRIMES HEDIONDOS.....	327
9.1	Disposições gerais .....	327
9.2	Dos crimes hediondos .....	327
9.3	Repercussão legal dos crimes hediondos .....	328
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	333
	OUTRAS OBRAS DO AUTOR.....	335